

Desenvolvimento rural e reestruturação espacial na interação rural-urbana: considerações teóricas

Felipe da Silva Machado
Mestrando em Geografia – UFRJ

Resumo

O presente artigo, ao discutir a diversidade de processos de mudança e a configuração de um espaço rural mais complexo, procura refletir sobre o papel de diferentes sistemas rurais e a participação do rural na interação com diferentes atores e agentes endógenos e exógenos, interagindo nas relações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. O resultado dessas interações é a diferenciação espacial. Ao tentar compreender a reestruturação do espaço rural no modelo do desenvolvimento sustentável, é preciso reconhecer que o rural apresenta novas práticas sociais e econômicas. A multifuncionalidade do espaço, com a convivência de diferentes interesses resultantes da interação de sistemas espaciais rural-urbanos, é um exemplo.

Abstract:

This note discusses the diversity of space processes and the configuring a rural space complex, a reflection on the role of different systems and the participation of rural in interaction with different actors and agents, interacting in political, economic, social, cultural and environmental relations. The result of these interactions is the spatial differentiation. When trying to understand the restructuring of rural in the model of sustainable development, attempts to recognize that the rural introduces a new social and economic framework. The multifunctional space, with the coexistence of different interests resulting from the interaction of rural-urban space systems is an example.

Recebido 09/2012
Aprovado 10/2012

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, interação rural-urbana, multifuncionalidade rural.

Key words: Rural development, rural-urban interaction, rural multifunctionality.

felipemachado1@gmail.com

Introdução

A proposta do presente artigo é realizar um debate sobre algumas considerações teóricas do desenvolvimento e reestruturação do espaço rural. No artigo, o principal modelo de desenvolvimento debatido é o da sustentabilidade, que visa abordar de forma equilibrada as dimensões ecológica, política, econômica e social em escalas diferenciadas e articuladas.

Diferentemente da teoria do crescimento e modernização agrícola, que tem um foco exclusivo no crescimento econômico, a teoria do desenvolvimento sustentável, ao apresentar um trajeto multidirecional e multidimensional, defende maior equilíbrio no processo de crescimento econômico e reconhece a importância de compreender os processos sociais espacializados. Nesse sentido, a teoria do desenvolvimento sustentável busca incluir a sociedade civil nos processos de decisão e nas ações para o desenvolvimento e apresenta maior flexibilidade na determinação dos objetivos, prioridades e ações.

Ao contrário do modelo único e hegemônico do crescimento econômico, a sustentabilidade, ao recomendar ações para diferentes lugares e sociedades e apresentar diferentes vias e processos para alcançar o desenvolvimento, inclui novas práticas democráticas e fortalece os atores sociais nas diferentes escalas, via descentralização política. Desse modo, surgem novas políticas e práticas no rural e há o reconhecimento da participação comunitária e do local. É preciso ressaltar que o confronto cultural e político na mediação dos interesses e a constituição de atores sociais diversos também são novas práticas reconhecidas no modelo de desenvolvimento rural sustentável.

Ao tentar compreender a reestruturação do espaço rural no modelo do desenvolvimento sustentável, é preciso reconhecer que o rural apresenta novas práticas sociais e econômicas. Por exemplo, a multifuncionalidade do espaço, com a convivência de diferentes interesses resultantes da interação de sistemas espaciais rural-urbanos.

O presente trabalho, ao discutir a diversidade de processos de transformação e a configuração de um espaço rural mais complexo, procura entender o papel de diferentes sistemas rurais e a participação do rural na interação com diferentes atores e agentes endógenos e exógenos, interagindo nas relações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. O resultado dessas interações é a diferenciação espacial.

Debate teórico: “Desenvolvimento e reestruturação espacial na interação rural-urbana”

Permanece uma tendência de abordagem dicotômica entre os estudos rurais e urbanos. BICALHO *et alli* (1998) afirmam que, geralmente, os estudos rurais são estritamente agrários e os urbanos estritamente urbanos e mantém-se a visão da substituição do agrário pela expansão urbana, dominando a competição pelo uso rural e urbano da terra. Porém, pesquisas no âmbito da interação rural-urbana, crescentes a partir da década de 1990, revertem esta visão dicotômica. Evidenciam-se tendências na constituição de um novo espaço rural, distinto em si mesmo e produto da intercessão rural-urbana. Um novo processo de constituição espacial surge como objeto de estudo para geógrafos urbanos e agrários.

O espaço rural contemporâneo apresenta diferentes atividades, resultado de atividades não-agrícolas no campo que podem tanto estimular quanto conflitar com as atividades tradicionais, assim como, co-existirem. A diversidade de interesses e atores locais fortalece o contexto social local e criam caminhos para manutenção e reconfiguração da identidade rural.

A abertura para estudos abordando concomitantemente os componentes rurais e urbanos e o livre trânsito de suas economias e culturas torna-se imprescindível. Os processos contemporâneos aproximam e intensificam as inter-relações setoriais, que se transformam em relações integrativas e reconfiguram uma nova organização social, cultural e política. “O rural e o urbano existem em proximidade com estreito relacionamento simbiótico em termos do funcionamento dos ecossistemas naturais, das atividades econômicas e da organização social, cultural e política” (BICALHO *et alli*, 1998, p.110).

Torna-se necessário reconhecer o comportamento das áreas rurais não apenas mais distantes, mas também aquelas que estão em contato e são incorporadas na dinâmica metropolitana, onde as novas funções do espaço rural é um ponto fundamental a considerar. Bicalho *et alli* (1998) apontam que as áreas rurais ganham a função de bem-estar com a melhoria da qualidade de vida do ambiente urbano densamente construído. Cabe ressaltar, que as rápidas mudanças representam um processo disperso e não resultam padrões uniformes e homogêneos. Sob pressão urbana, as áreas rurais periurbanas têm enfrentado, ao mesmo tempo, o desafio de preservar suas características rurais e de acomodar as novas funções urbanas. (HUELZ e KRAEMER, 2003).

Lawrence (1988) questiona se a especulação imobiliária é capaz de esterilizar o campo circundante em vez de desenvolvê-lo. Na esterilização da agricultura, a especulação da terra é inevitável e a agricultura não contribui com importância para o valor potencial da terra. A maioria dos trabalhos relativos a presente temática associa de forma linear o espaço em interação rural-urbana à área de transição, de transformação do rural em urbano, de especulação fundiária, de expansão da cidade, de mercado livre de terras e às novas articulações em termos de produção e apropriação do espaço urbano (SOARES, 1962; FURLANETTO *et alli*, 1987; CORRÊA, 2005).

A partir de 1980, estudos (LAWRENCE, 1988; BRYANT E FIELDING, 1980; BRYANT *et alli*, 1982) começam apontar a heterogeneidade dos espaços periféricos à região metropolitana. A agricultura não é mais tratada apenas pelo seu desaparecimento, uma vez verificadas adaptações agrícolas em ambiente periurbano. Bryant *apud* Lawrence (1988) entende a dinâmica da agricultura como parte integrante da combinação de forças do contexto agrário regional e de forças urbanas que se manifestam de diferentes maneiras. A produção agrícola, em áreas de influência urbana, sugere que existam diferentes ambientes agrícolas em processo de transformação: de degeneração agrícola, em que as forças urbanas suplantam as demais e a agricultura declina; de adaptação agrícola, marcado por incertezas e grande variação na atuação das forças urbanas e não urbanas; de desenvolvimento agrícola, onde existem condições para a realização da prática agrícola, em função da existência do próprio mercado urbano regional (BRYANT *et alli*, 1982).

Para Bryant e Johnston (1992), a presença de forças urbanas integrantes da dinâmica da agricultura atua de duas maneiras distintas e contraditórias. Ao mesmo tempo em que a proximidade da cidade aumenta a demanda e a competição pelo trabalho e pelo uso da terra, há

maior demanda por produtos com alto valor comercial e que podem ser cultivados próximo à cidade. Assim, o processo de interação rural-urbana pode prover certas oportunidades para o desenvolvimento agrícola.

Após a década de 1990, põe-se em evidência o papel dos atores locais, principalmente, os produtores rurais, na transformação dos diferentes espaços rurais (BRYANT, 1997; PIERCE, 1998; CLÉMENT E BRYANT, 2003; CLÉMENT, 2004; WOODS, 2005). Dessa forma, torna-se importante incluir a perspectiva política dos atores sociais. Tem emergido um processo de pensamento estratégico coletivo que envolve várias instituições e organizações regionais orientadas para o desenvolvimento potencial da agricultura.

Segundo Glon (1996), o desenvolvimento local pode ser considerado como um jogo de iniciativas e ações coerentes, baseado na mobilização de atores locais que concordam em contribuir com suas especialidades e práticas no beneficiamento de seu território. É um processo dinâmico que permite a emergência de uma rede de atores locais.

Pierce (1998) também ressalta a necessidade de compreender que houve uma incorporação de valores urbanos na vida rural, mas que o modo de vida rural permanece, com significados intrínsecos no rural e integrados à lógica rural-urbana. O autor questiona se a transição é linear e se não ocorre uma ação endógena. Os atores locais são totalmente dominados pela nova lógica ou conseguem se integrar, mantendo modos de vida da lógica rural? Na abordagem da reestruturação espacial na interação rural-urbana é preciso reconhecer as forças endógenas e a heterogeneidade dos atores internos.

Marsden *et alli* (1993), Pierce (1998), Woods (2005) apontam que os estudos sobre a constituição do ambiente rural sustentável necessitam de um foco maior na diversidade do rural e no reconhecimento da variedade de diferentes contextos das mudanças promovidas na reestruturação do espaço agrário. Tais autores também esclarecem que é necessário incluir, no debate, a promoção da sustentabilidade a partir dos sistemas produtivos agrícolas e não-agrícolas, tendo atenção no significado da interconectividade dos diferentes setores econômicos.

Lea e Chaudhri (1983) realizam um debate sobre a natureza, os problemas e as abordagens para o desenvolvimento rural, que segundo o Banco Mundial, é uma estratégia designada para melhorar o quadro econômico e social de um específico grupo de pessoas das áreas rurais. Os benefícios dos programas de desenvolvimento rural devem considerar a diversidade de atores do rural (pequenos, médios, grandes produtores) e incluí-los nas diferentes políticas de desenvolvimento.

Os autores afirmam que nas décadas de 1950 e 1960 houve um grande crescimento de estratégias para o desenvolvimento. Nesse período, os programas apresentavam fortes características tecnocráticas e estavam exclusivamente incluídos nas políticas de mercado do Estado. Diferentemente, na segunda metade da década de 1970, com o enfraquecimento das ações diretas do Estado nos projetos e programas, houve um reforço da necessidade de uma nova abordagem para o desenvolvimento rural. A discussão sobre a reestruturação do espaço rural do presente trabalho faz parte dessa nova abordagem.

Marsden *et alli* (1993) também debatem esses processos de mudança do rural no quadro econômico das últimas décadas e ressaltam o uso de uma nova perspectiva para o entendimento da natureza dessas mudanças. Afirmam que a pesquisa sobre reestruturação rural deve incluir

alguns processos espaciais que interferem no espaço rural, tais como, a maior mobilidade do capital, a adoção de um regime de produção mais flexível, a complexidade das relações entre tecnologia e ambiente, o regime de desregulamentação e regulamentação da economia e as novas estruturas políticas. Segundo os autores, para a compreensão desses processos, é preciso combinar os efeitos das tendências globais e as ações da escala local.

Woods (2005) afirma que é possível observar algumas mudanças, no campo, nos últimos 50 anos, tendo ocorrido a incorporação de novos elementos na paisagem rural. São exemplos dessas mudanças: as novas formas de produção agrícola, construções industriais e processos de desmatamentos. Para Woods (2005), o espaço rural passou por grandes mudanças físicas. Mas segundo o mesmo autor, as pessoas que vivem no rural também passaram por transformações no seu modo de vida e o rural recebeu novos residentes, atraídos pelos novos empregos oferecidos pelo campo e por novas áreas residenciais que as áreas rurais passam a comportar. O autor afirma que uma rede complexa de atores se configura e que é preciso compreender sua dinâmica e sua descontinuidade. Através da compreensão de que os processos de globalização e modernização trazem alterações no campo, é possível afirmar que o rural contemporâneo é marcado por mudanças constantes e rápidas. A tecnologia atual acelera ainda mais essas mudanças.

Pierce (1998) e Woods (2005) abordam algumas mudanças na economia rural nas últimas décadas. Segundo os autores, há uma diminuição do emprego agrícola e há o fortalecimento de outros investimentos no rural, tais como, a prática da silvicultura, novas indústrias, mineração, reservas florestais e pesca. A indústria da nova economia de mercado estabelece suas bases produtivas no rural, que apresenta áreas maiores e regimes mais flexíveis de empregabilidade. Na produção flexível, a indústria passa por um processo de desconcentração espacial. Desse modo, ocorre um crescimento de indústrias urbanas no rural e de indústria do próprio rural, ou seja, são estabelecidas indústrias associadas, desvinculadas e indústrias no rural e no seu entorno que estimulam ou desestimulam suas atividades.

Além das mudanças citadas acima, é possível afirmar que as novas infraestruturas permitem maior circulação e maior mobilidade nas áreas rurais, o que significa maior redistribuição das atividades no espaço. O rural passa a sofrer alterações com a competição pelo uso da terra, uma vez que ocorre com mais intensidade a expansão de áreas urbanas e a alocação de indústrias no campo ou no seu entorno. É através do reconhecimento dos processos de globalização e modernização que Woods (2005) afirma que as áreas rurais são espaços em constante mudança, ou melhor, em processo de reestruturação, com mudanças nas estruturas sociais e nas práticas econômicas.

Woods (2005), essas mudanças foram intensificadas no período do regime produtivista, que marcou profundamente a economia, a sociedade e o ambiente rural. Segundo o autor, entre 1961 e 1990, a produção agrícola no mundo aumentou 62%. As consequências desse aumento são criticadas pelo regime pós-produtivista, reconhecido como um processo gradual de mudança das práticas e políticas agrícolas. Essa transição é entendida como a passagem de um regime exclusivamente de produção para um regime de maior sustentabilidade da agricultura, ou seja, é um gradual processo de reforma e adaptação.

Alguns elementos são essenciais para o entendimento dessa transição, por exemplo, a mudança de um regime intensivo para um modo de produção mais extensivo, com redução de químicos e outros produtos artificiais; a diversificação da propriedade, que contribui para um quadro de pluriatividade; ênfase na governança, que valoriza a participação mais ativa dos atores locais e onde há um acesso público às tomadas de decisão na implantação de planos de gestão mais participativos, por último, o maior valor pela qualidade diferenciada do produto, elemento que contribui para a maior e melhor inserção do produtor no rural no mercado.

Quanto aos modelos produtivista e pós-produtivista, Wilson (2001) enfatiza algumas diferenças entre os dois regimes. Segundo Wilson (2001), no produtivismo, o rural é definido em termos de agricultura e a produção agrícola é estabelecida no modelo fordista de produção. O foco da agricultura é a industrialização, a comercialização, a intensificação, especialização e concentração da produção e as políticas agrícolas se resumem ao protecionismo e a intervenção governamental. Quanto às técnicas, na busca de maior produtividade, há um foco exclusivo na mecanização e no uso de produtos químicos, com consequências na diminuição do número de trabalhadores.

Quanto ao regime do pós-produtivista, Wilson (2001) afirma que o rural não se resume exclusivamente à agricultura, apresentando crítica ao quadro intensivo de industrialização, comercialização e “comoditização” da atividade agrícola, ocorrendo uma redução do uso intensivo da terra e diminuição ou eliminação do uso de produtos químicos industrializados. Segundo o autor, no pós-produtivismo, os novos consumidores, através da mudança de comportamento, orientam as práticas agrícolas. Quanto às políticas agrícolas, o protecionismo é criticado e são reconhecidas novas representações sociais do rural com poderes de governança, ou seja, com a redução dos financiamentos estatais, são criadas novas formas de governança rural. Para Wilson (2001), no pós-produtivismo busca-se sustentabilidade da agricultura.

Marsden *et alli* (1993), Wilson (2001), Woods (2005) apontam os desafios de compatibilizar produtivismo e pós-produtivismo e de reconhecer que a atual reorganização espacial resulta um novo ordenamento com premissas diferenciadas. No agrário, há o foco tecnológico, com força da economia produtivista e com a necessidade de re(adaptar) às premissas ambientais, e há o foco socioambiental, marco para o modelo de mudança da atual reestruturação do espaço rural. Assim, surgem duas formas espaciais no rural, duas diferentes reorganizações do espaço: a da multifuncionalidade e a permanência do modelo produtivista. Desse modo, o espaço rural contemporâneo, quando analisado a partir da óptica da interação rural-urbana, é multifacetado e apresenta diversas formas de organização da produção e, conseqüentemente, do espaço.

Nas pesquisas sobre a sustentabilidade na interface rural-urbana, uma das questões teórico-metodológicas da Geografia Agrária contemporânea, um atual grupo de pesquisa da Comissão da União Geográfica Internacional (UGI) aponta determinadas perspectivas e diretrizes para o estudo da temática. Os trabalhos da comissão abrangem uma diversidade de processos associados ao espaço rural, bem como papéis diferenciados da dinâmica rural, com todos os países afeitos aos processos de reestruturação espacial frente à globalização e internacionalização da

economia agrícola e rural, e à urbanização de áreas rurais. Nos trabalhos ficam evidentes as novas funções do espaço rural e os dilemas no enfrentamento de processos de resistência ou de adaptação dos atores e comunidades rurais aos novos contextos.

É de grande relevância chamar atenção para escala geográfica (CASTRO, 1995) local, regional e internacional. Uma importante questão que se impõe é saber se, no processo de interação rural-urbana, têm ocorrido, e em que grau, tentativas de integração através de duas ou mais escalas. Segundo Bicalho *et alli* (1998), as questões em torno dos debates sobre a importância da conservação da terra agrícola representam um excelente caso a apontar no que se refere às escalas de análise. “No caso da preservação de ambientes naturais em áreas rurais, podem estar envolvidas todas as escalas em igualdade e importância, da local à internacional”. (BICALHO *et alli*, 1998, p. 115). A grande diversificação de uso da terra nas áreas rural-urbanas enfatiza a importância de se considerar a justaposição de escalas.

Pierce (1998), em seu trabalho sobre o ambiente rural sustentável, aponta a necessidade de reconhecer a diversidade do ambiente rural, que deve ser entendido além das atividades não-agrícolas e através da interconectividade dos diferentes setores econômicos que atuam no rural contemporâneo. Para o autor, a sustentabilidade, através da perspectiva holística, é reconhecida na compatibilidade entre valores econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais, no equilíbrio entre valores particulares e coletivos, entre interesses locais/comunitários e interesses da sociedade.

Segundo Pierce (1998), a escala espacial é fundamental para o reconhecimento de diferentes condições e contextos da sustentabilidade. Para isso, segundo o autor, é importante considerar a justaposição de escalas com a grande diversificação de uso da terra em áreas de interação rural-urbana e com os diferentes segmentos sociais associados. Sendo assim, os fatores para definição e influência da sustentabilidade devem estar de acordo com os diferentes níveis de resolução espacial, níveis de escala.

Considerações finais

Os tópicos teóricos que foram aqui revistos mostram que são precisos esforços para superar os desafios de alcançar o desenvolvimento sustentável na interface rural-urbana. Para Bicalho (2011), do ponto de vista aplicado, os dilemas se traduzem em novas políticas e gestão da diversidade de processos rurais considerando as diferentes escalas. Já do ponto de vista acadêmico, refletem novas matrizes e bases teóricas de investigação.

Nos estudos da Geografia Agrária sobre desenvolvimento e reestruturação do espaço rural na interação rural-urbana emerge a necessidade de se repensar a própria descrição e análise. Em tais estudos torna-se importante a construção de uma perspectiva holística, que abranja as dimensões ambiental, político-administrativa, sociocultural e econômica. Ao seguir os pressupostos da teoria do desenvolvimento rural sustentável, é necessário considerar que o modelo da sustentabilidade envolve um complexo processo de gestão de interesses conflitantes e processos sociais multidirecionais.

Referências bibliográficas

- BICALHO, Ana Maria Souza Mello. Resenha do XVIII Annual Colloquium of the IGU – Commission on the Sustainability of Rural Systems. In: BICALHO, Ana Maria Souza Mello, COELHO, Maria Célia Nunes, FERNANDES, Manoel Couto, SILVA, Telma Mendes. *Espaço Aberto/PPGG-UFRJ*. v. 1, n. 1, p. 180-181, 2011.
- _____, BRYANT, Christopher R., LAURENS, Lucette, OORT, Guy van, MACURA, Vladimir, WINKLER, Jan, TAKAHASHI, Makato. Sustentabilidade na interface rural-urbana – Questões centrais à pesquisa. *Revista da Pós Graduação em Geografia*. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG, Semestral, v. 2, p.106-119, 1998.
- BRYANT, Christopher R. L'agriculture périurbaine: l'économie politique d'un espace innovateur. *Cahiers Agricultures*, v. 6, p. 125-130, 1997.
- _____, CLÉMENT, Christian. Horticultura de franja urbana em Otawa, Canadá. In: BICALHO, Ana Maria Souza Mello, HOEFLE, Scott William (Org.) *A Dimensão Regional e os Desafios à Sustentabilidade Rural*. Rio de Janeiro: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 210-224.
- _____, FIELDING, Jeffrey A. Agricultural change and farmland rental in an urbanising environment: Waterloo Region, Southern Ontario. *Cahiers de Géographie du Québec*, v. 24, n. 62, p. 277-298, 1980.
- _____, JOHNSTON, Thomas Robert R. *Agriculture in the City's Countryside*. Toronto: University of Toronto Press, 1992.
- _____, RUSSWURM, Lorn H.; MCLELLAN, A. G. *The City's Countryside*. Londres: Longman, 1982.
- CASTRO, Iná Elias. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.
- CLÉMENT, Christian. L'espace périurbain de Gatineau face à son devenir horticole: quelques préoccupations pour un développement durable. 2004. 132 f. *Dissertação – Faculté des arts et des sciences, Université de Montreal*, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. Rio de Janeiro: Ática, 2005.
- FURLANE'TTO, Diva Almeida, CRUZ, Jana Maria, ALMEIDA, Roberto Schmidt. Promoção Imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 49, n. 2, p.27-56, 1987.
- GLON, Éric. Le développement local au service de la géographie? *Bolletín de l' Association des Géographes Français*, v. 73, n. 2, p. 447-456, 1996.
- HUELZ, Martina; KRAEMER, Claudia. Desafios periurbanos no desenvolvimento espacial sustentável em Munique, Alemanha. In: BICALHO, Ana Maria Souza Mello, HOEFLE, Scott William (Org.) *A Dimensão Regional e os Desafios à Sustentabilidade Rural*. Rio de Janeiro: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 196-209.
- LAWRENCE, Henry W. Changes in Agricultural Production in Metropolitan Areas. *The Professional Geographer* v. 40, n. 2, p. 159-175, 1988.
- LEA, David A. M., CHAUDHRI, D. P. The nature, problems and approaches to rural development. In: LEA, David A. M., CHAUDHRI, D. P. *Rural Development and the State: contradictions and dilemmas in developing countries*. Londres e Nova York: Methuen, 1983, p. 1-37.
- MARSDEN, Terry, MURDOCH, Jonathan, LOWE, Philip, MUNTUN, Richard, FLYNN, Andrew. *Constructing the countryside*. Londres: UCL Press Limited, 1993.
- PIERCE, John T. Sustaining Rural Environments: Widening Communities of Knowledge. In: BOWLER, Ian R.; BRYANT, Christopher R. e HUIGEN, Paulus P. (Org.) *Dimensions of sustainable rural systems*. Utrecht: Nederlandse Geografische Studies 244, p. 21-44, 1998.

SOARES, Maria
Therezinha Segadas.
Nova Iguaçu: absorção
de uma célula urbana
pelo Grande Rio de
Janeiro. 1960. Tese (Livro
Docência) – *Faculdade
Nacional de Filosofia,
Programa de Pós-Graduação
em Geografia, Universidade
Federal do Rio de Janeiro,*
1960.

STEINBERG, Jean.
La Périurbanisation en
Europe. In: *Bulletin de l'
Association des Géographes
Français*, v. 1, p. 49-50,
2001.

WILSON, Geoff. From
productivism to post-
productivism... and back
again? Exploring the
(un)changed natural and
mental landscapes of
European agriculture. In:
*Transactions of the Institute
of British Geographers*. v. 26,
n. 1, p. 77-102, 2001.

WOODS, Michael. Rural
Geography – *Processes,
Responses and Experiences
in Rural Restructuring*.
Londres: SAGE
Publications, 2005.